



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Messias dos Santos, Daniel; da Silva, André Luiz
A invenção do patrimônio: memória e identidade no tombamento de São Luiz do
Paraitinga como patrimônio nacional
Ciências Sociais Unisinos, vol. 52, núm. 1, enero-abril, 2016, pp. 45-53
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93845798006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A invenção do patrimônio: memória e identidade no tombamento de São Luiz do Paraitinga como patrimônio nacional

The invention of heritage: Memory and identity in the designation of São Luiz do Paraitinga as national heritage

Daniel Messias dos Santos¹
professordanielmig@uol.com.br

André Luiz da Silva²
interiworld@gmail.com

Resumo

O artigo discute o conceito de patrimônio, utilizando-se de referências teóricas sobre o tema e também de fontes primárias, por intermédio de depoimentos cujo enfoque é a patrimonialização de bens materiais e imateriais tombados em São Luiz do Paraitinga, interior de São Paulo, considerada patrimônio nacional. O objetivo é fomentar o debate sobre o patrimônio a partir das decisões tomadas por órgãos, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), e pela comunidade de São Luiz do Paraitinga durante a reconstrução da cidade histórica, após a enchente de 2010, que destruiu grande parte do conjunto arquitetônico da cidade. Metodologicamente os autores utilizaram-se de entrevista semiestruturada, de relato etnográfico e, para a análise, do método da triangulação de dados.

Palavras-chave: patrimônio, São Luiz do Paraitinga, tombamento.

Abstract

The article discusses the concept of heritage using theoretical references on the subject and also primary sources through testimonies whose focus is the designation of material and immaterial goods as national heritage in São Luiz do Paraitinga, São Paulo. The aim is to foster debate on heritage on the basis of decisions made by bodies such as the Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN) and the Council for the Defense of the Historical, Archaeological, Artistic and Touristic Heritage (CONDEPHAAT) and by the community of São Luiz do Paraitinga during the reconstruction of the historic city, after the 2010 flood that destroyed much of the architectural ensemble of the city. Methodologically the authors used semi-structured interviews, the ethnographic account and for analyzing the method of data triangulation.

Keywords: heritage, São Luiz do Paraitinga, designation as national heritage.

¹ Mestre em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas Sociais e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté. Rua Visconde do Rio Branco, 210, Centro, 12020-040, Taubaté, SP, Brasil.

² Universidade de Taubaté. Rua Visconde do Rio Branco, 210, Centro, 12020-040, Taubaté, SP, Brasil.

Introdução

As tradições, de natureza ritual ou simbólica, nascem de referências que podem ser longínquas no tempo ou mais recentes do que imaginamos. Podem vir cercadas de simbolismos com os quais nos identificamos ou podem ser simbolismos inventados pela conveniência de um momento ou circunstância que, repetindo-se, torna-se uma tradição.

As transformações nos rituais da nobreza britânica com cerimoniais cada vez mais completos, pomposos e detalhistas, quase como uma necessidade de criar tradições que se tornassem marcantes, até mesmo à própria existência da monarquia, considerada importante para a soberania e poder da Grã-Bretanha, são exemplos marcantes para analisar como nascem as tradições (Hobsbawm e Ranger, 2014).

A valorização de rituais e tradições que se repetem de maneira contínua, que possivelmente acompanhem, do nascimento à morte, quem pertença a um lugar, torna o ritual ou a tradição um modo de ser e de fazer de uma cidade ou comunidade. Pode ser considerado um patrimônio quando consegue significar um modo de ser, uma identificação própria de um ritual ou de um saber fazer, um símbolo que reúna uma coletividade em torno de si mesma e mostre aos outros grupos que, naquele ritual ou naquele símbolo, condensa-se uma identidade cultural.

Wagner (2010) fala da possibilidade da invenção da cultura quando ocorre a interação de um pesquisador com seu objeto pesquisado ao analisar costumes, rituais, arquiteturas que ainda desconheça. O pesquisador permite-se fazer uma releitura, uma interpretação, e buscar um significado, levando em conta o que já possui de referenciais culturais, o que já traz consigo. Para o autor, a cultura será sempre abstrata, sempre uma criação nova em seus significados. Os sentidos que a comunidade dá a seus fazeres será novo para quem entra em contato com ela; afinal, quem entra em contato traz consigo o que já possui em si de saberes e de fazeres.

O mesmo processo de constituição de tradições e culturas, mediado por agências exo e intralocais, encontra-se na definição do patrimônio, especialmente os patrimônios nacionais, pois explicitam interesses e concepções divergentes de atores locais entre si e destes em relação a atores e instituições regionais e nacionais. As considerações qualitativas de casos específicos podem revelar os meandros, as estratégias e as consequências desses processos.

São Luiz do Paraitinga recebeu em 2010, mesmo depois da enchente histórica que destruiu ou danificou boa parte dos casarões coloniais, a condição de patrimônio histórico e artístico nacional. O conjunto arquitetônico e seu entorno, sua paisagem, seu desenho urbano aliado às tradições religiosas e culturais foram consideradas pelo IPHAN um patrimônio do Brasil.

As razões pelas quais o órgão federal decidiu pelo tombamento remontam à fundação da cidade em 1769. Por decisão da Coroa portuguesa, as regiões sul e sudeste da colônia deveriam ser ocupadas, para evitar a ocupação espanhola e, para tanto, a

autorização para a fundação de vilas baseava-se no registro de uma atividade econômica que permitisse a ocupação do território por, no mínimo, 50 famílias (Brasil, 2010).

Em Portugal, as novas vilas e cidades que surgiram no mesmo período passaram a seguir princípios do Iluminismo, que determinava que todas elas obedecessem a um conceito de vila que fosse funcional, planejada, respeitasse um desenho urbano que agregasse "formosura" ao desenho de ruas e construções.

A determinação do Marquês de Pombal chegou a São Luiz do Paraitinga pela ação de Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, fidalgo da Casa Real, governador da capitania de São Paulo, que concedeu a Manoel Antônio de Carvalho a autorização para fundar uma nova vila, porém determinando que se respeitasse o conceito de urbanização iluminista.

Iniciava-se a história oficial de São Luiz do Paraitinga. A vila que nascia manteria suas características de urbanismo iluminista até nossos dias e, um século depois de sua fundação, erigia casarões assobradados, com características homogêneas, em sua praça central, visando garantir sua "formosura".

O CONDEPHAAT, em 1982, e o IPHAN, 28 anos depois, dariam a São Luiz do Paraitinga a condição de Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo e do Brasil, porque foi considerado que o tempo quase não transformou sua paisagem. Ao contrário, considerou-se que a cidade fez-se guardiã da identidade e tornou-se patrimônio dos luizenses, antes de tudo.

São Luiz do Paraitinga: patrimônio nacional

O registro histórico utiliza-se de datas e de fatos marcantes para tornar-se memorável. Se todas as cidades guardam seus marcos históricos, São Luiz do Paraitinga guardará para sempre o ano de 2010. O maior índice de chuva na cidade em 43 anos, desde que tiveram início as medições, ocorreu na virada do ano de 2009 para 2010.

No dia 31 de dezembro de 2009, a cidade registrou 187 mm de precipitação pluviométrica (Santos, 2011). Para que se registre o quanto esse índice representa, a Defesa Civil do município trabalha com o índice de 60 mm como limite para emissão de sinal de alerta.

O resultado da chuva desproporcional foi a cheia do rio Paraitinga — que corta o centro histórico de São Luiz — ter atingido 12 metros acima do nível normal e destruir 18 casarões e afetar outros 65 imóveis, todos tombados como patrimônio histórico estadual desde 1982 e, naquele momento, aguardando pelo tombamento nacional (Brasil, 2010).

O impacto do desastre provocou uma sensação de luto coletivo, porém a reconstrução estabeleceu-se imediatamente como uma necessidade, fato comprovado pelo grande apelo da cobertura da imprensa, pela solidariedade e cobrança das ações vindas de políticos de relevância nacional, de empresários, de atletas, de cantores famosos, de torcidas organizadas da capital,

de moradores das cidades vizinhas e de lugares mais distantes, além de decisões imediatas tomadas por todo o estafe do governo estadual e dos Ministérios da Cultura, do Turismo e das Cidades, além de Universidades.

Entre todas as necessidades imediatas que um desastre natural suscita, havia outra necessidade em debate nos primeiros momentos: como seria a reconstrução considerando o valor do patrimônio histórico e cultural seriamente atingido pela enchente?

Invenção do patrimônio: conflitos

Há uma preocupação bastante presente nas produções acadêmicas e científicas e nas políticas públicas e culturais em geral quanto à importância do patrimônio cultural e de sua preservação, quer seja material, quer seja imaterial.

A princípio, o debate precisa passar pela definição de patrimônio e pelas diferenças entre patrimônio material e imaterial, além do próprio conceito de cultura.

O patrimônio é considerado como tal a partir da importância que possui para determinado grupo, pelo significado que tem para uma comunidade. Tanto o que está materialmente posto – como casas, templos, escolas – quanto o que se manifesta nas tradições – como a música, a culinária, as cantigas, as manifestações – são exemplos do que se constitui um patrimônio (Maciel e Alves, 2005).

Não há uma diferença significativa que dê ao patrimônio material ou ao imaterial maior importância ou mesmo que haja uma distinção entre eles quando se fala de patrimônio cultural. A preocupação com as manifestações de um povo, suas tradições, sua língua, sua prática religiosa, enfim, a preocupação em ir além do que é construído de “pedra e cal” (Fonseca, 2009) é relativamente recente no Brasil, data de 1936, e ganhou destaque mundial a partir de um documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), “Salvaguarda sobre a Cultura Tradicional e Popular”, de 1989 (PNUD, 2004).

O documento da UNESCO passa a provocar uma preocupação com a preservação que vai bem além do patrimônio construído e torna mais amplo o alcance daquilo que se recomenda preservar como patrimônio (Maciel e Alves, 2005).

A nova concepção de patrimônio, chamado de imaterial ou intangível, refere-se a lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas, entre outras manifestações. E o procedimento principal é o registro dessas práticas e seu acompanhamento, para verificar sua permanência e suas transformações (Oliveira, 2008, p. 132).

Em síntese, patrimônio não tem a ver com o tempo que um costume ou uma tradição resiste, tem a ver com o significado que esse costume ou essa tradição tem para um determinado grupo ou comunidade (Choay, 2006).

É necessário aproximar a noção de cultura com a de patrimônio e perceber que existe uma dinâmica e uma constante

modificação nas ações humanas que contribuem para solidificar o valor de um costume, de um saber fazer, de uma tradição no local onde ela ocorre e que a torna viva.

Nos ensina a antropologia, em seus princípios fundantes, que cultura não pode ser pensada a partir da ideia de um conjunto de elementos que resistem incólumes à longa noite dos tempos, sejam eles artefatos, canções ou mitos. As culturas são dinâmicas, e a existência dessa propriedade independe do grau de contato com outras culturas. Em outras palavras usos e sentidos estão sendo constantemente ressignificados, não implicando esse processo perda, mas justamente vitalidade. Embora possa parecer sacrílego [sic], a incorporação de qualquer bem num acervo ou inventário exemplifica exatamente essa dinâmica (Maciel e Alves, 2005, p. 9).

A ideia de patrimônio e a necessidade de preservá-lo é longa no tempo, passa pelos monumentos – que eram e ainda são usados como uma forma de dar sentido a um momento histórico que querem narrar –, e, como conceitua Choay (2006, p. 18),

[monumento] é aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza efetiva de seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer outras gerações de pessoas rememorarem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. [...] esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade [...].

O nacionalismo pós-Revolução Francesa, que passou a preservar todas as formas de arte, de objetos e de símbolos que ajudassem a contar o antes e o depois da França revolucionária, é o ponto de partida para o conceito de patrimônio comumente usado contemporaneamente.

Em toda a Europa, o exemplo francês propaga-se na forma de órgãos governamentais que têm como função “inventariar” e criar regras para preservar tudo o que possa ser representativo para uma Nação (Sant’Anna, 2013).

No Brasil, desde os anos 1930, com projeto comandado pelo poeta Mário de Andrade para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), teve início uma definição de patrimônio que ia muito além dos edifícios e de obras de arte erudita. O conceito de cultura ganhou uma nova conotação, abrindo espaço para manifestações do saber popular (Abreu e Chagas, 2009).

No Estado Novo, essa política visando à preservação e à consolidação de um nacionalismo no país contribuiu para que houvesse ações governamentais e para que se adotasse uma política de seleção e de preservação de prédios, de construção de monumentos e de outros aspectos culturais para “construir” o patrimônio cultural brasileiro (Abreu e Chagas, 2009).

Ao longo das décadas, essa construção de um patrimônio nacional foi resultado de processos políticos, de alterações na legislação para aperfeiçoar e tentar melhorar o conceito de patrimônio e de definição do que poderia e deveria ser tombado e preservado.

Havia, porém, a necessidade de delimitar com mais precisão o que deveria ser preservado, o que era relevante para a cultura local, regional ou de todo o país e com que critérios haveria essa seleção.

Desde Mário de Andrade, já havia menção à necessidade de preservar bens que iam além do patrimônio construído, porém não houve uma delimitação de como isso se tornaria concreto nas ações dos órgãos criados para a preservação da cultura e do patrimônio.

Havia espaço para a discussão de como deveria ser preservado um patrimônio imaterial, ou seja, aquele que, tendo importância para o país ou para uma comunidade, estivesse ligado ao saber fazer, à tradição oral, ao conhecimento passado de geração em geração.

A importância de entender um bem imaterial como patrimônio cultural está em dar a ele o sentido de importância que possui para um determinado grupo. O debate sobre a preservação do bem imaterial não é simples, porque passa aquém do sentido de preservar, tornar imóvel, impedir que se modifique; afinal, existem práticas que se transformam com o passar do tempo e não é possível congelar um saber fazer. Equivale mais a dar prestígio, honrar um modo de fazer, o que envolve lutas simbólicas importantes (Oliveira, 2009).

A questão do patrimônio imaterial, ou, conforme preferem outros, patrimônio intangível, tem presença relativamente recente nas políticas de patrimônio cultural. E, verdade, é motivada pelo interesse em ampliar a noção de "patrimônio histórico e artístico", entendida como repertório de bens, ou 'coisas', ao qual se atribui excepcional valor cultural, o que faz com que sejam merecedores de proteção por parte do poder público (Fonseca, 2009, p. 66).

A partir da Constituição de 1988, houve uma preocupação entre os legisladores em dar uma definição mais clara e abrangente para o que é o patrimônio e em que aspectos deve ser entendido. A abrangência atinge os bens tangíveis ou intangíveis e permite que órgãos ligados ao patrimônio façam o tombamento de bens materiais e imateriais.

O tombamento – tecnicamente falando – usualmente dá parecer favorável ao bem construído, sem muita dificuldade de análise. Porém, a própria Constituição de 1988 estende o conceito de patrimônio também aos bens culturais imateriais.

Há ainda, de forma muito ativa, a ideia de que o tombamento é a forma mais adequada de preservação de um patrimônio cultural, limitando inclusive o direito de propriedade sobre um bem tombado, mas isso se aplica menos à preservação do patrimônio imaterial (Fonseca, 2009).

Limitar o direito de intervir num determinado bem tombado faz mais sentido quando ele é construído, porém, no bem

imaterial, de tradição oral ou do saber fazer, torná-lo imóvel não será necessariamente a forma mais eficiente de preservação, por ser quase natural que sofra interferência do tempo e do espaço em sua própria existência.

Há a necessidade de uma visão técnica a respeito do tombamento, de uma análise que seja rigorosa no sentido de historicizar a importância de um bem para uma sociedade e as razões para que seja preservada, porém a ideia de tombamento traz em si o conceito de imobilizar o bem tombado, enquanto o patrimônio imaterial valoriza o saber fazer e a tradição.

Nitidamente, há uma questão política importante no ato de decidir o que preservar e é preciso que haja uma mudança de procedimento para que a participação da sociedade seja indispensável na "construção e apropriação de seu patrimônio cultural" (Fonseca, 2009).

Pode haver uma luta de poder em torno do bem material ou imaterial a ser tombado. Os critérios técnicos e os aspectos etnográficos relacionados ao bem devem ser bem estudados, afinal, quanto mais houver dos próprios cidadãos a vontade de preservar uma tradição ou um saber fazer, mais significado esse bem terá como patrimônio cultural.

Quando se decide o que se deve lembrar (e esquecer) por meio de políticas públicas, ou seja, quando essas lembranças são definidas como patrimônio cultural de uma coletividade, as disputas em torno do que compõe a memória, por serem institucionais, ganham uma visibilidade, que pode ser maior ou menor, dependendo do vigor da cultura política vigente na sociedade e no Estado (Barbalho, 2013, p. 110).

Os órgãos responsáveis pelas pesquisas e pelos levantamentos dos bens que serão tombados, de visão técnica e institucional, não costumam considerar as impressões, os desejos, os sentidos de patrimonialização que estão na comunidade detentora daqueles bens.

O CONDEPHAAT, que realizou tombamento arquitetônico em São Luiz do Paraitinga na década de 1980, defende o tombamento a partir de parecer técnico, argumentando que, se a população for consultada, será contrária ao tombamento, porque vai interpretá-lo como uma interferência sobre o direito de propriedade e por ser ele um órgão fiscalizador.

Olha, se o CONDEPHAAT fosse fazer essa consulta sempre, acho que na maioria dos casos não iam querer, porque limita o direito de propriedade. [...] você não é soberano em relação ao seu patrimônio, você tem que sempre se submeter ao CONDEPHAAT. As coisas que você está querendo fazer, alterar e tudo mais, ele não pode fazer [...]. Normalmente o CONDEPHAAT não deixa fazer muita coisa, assim, em relação a fachadas. Normalmente em centro histórico quando o imóvel é de importância para preservação, tem que manter as características, as fachadas do jeito que ela está ou se já foi alterada tenta fazer com que ele resgate aquilo que era antes. Não é livre o proprietário, por isso muitas vezes ele não quer que o imóvel seja tombado. Quando o CONDEPHAAT ou qualquer outro imóvel, qualquer outro bem que o CONDE-

PHAAT resolveu tombar, nunca ele pergunta se o proprietário aceitaria, nunca existe isso, e eu acho que não devia (perguntar), acho que deveria continuar como está, porque ele ia ter mais problemas do tombamento, quer dizer, não ia se conseguir tombar muita coisa, o que seria uma pena. Porque hoje em dia mesmo tendo sido demolidos alguns bens tombados, são muitos poucos, mas caíram alguns – acho que por falta de preservação –, o que se mantém preservado é muito em função do tombamento, então quando se tomba é mais fácil você conseguir fazer com que o bem se mantenha do que quando não é tombado (funcionário técnico do CONDEPHAAT, depoimento realizado em 25/01/2015, grifo nosso).

O IPHAN, que realizou em 2010 o tombamento arquitetônico, paisagístico e urbano de São Luiz do Paraitinga – mais ampliado nos itens de tombamento do que o CONDEPHAAT – defende o diálogo, o convencimento, as audiências públicas, argumentando que isso contribui para conscientizar para a importância do tombamento, ao mesmo tempo que alerta para os deveres da comunidade em relação ao patrimônio. "A gente não pode fazer o tombamento sem ter um diálogo, sem mostrar o que está acontecendo" (funcionário técnico do IPHAN, depoimento realizado em 27/12/2014).

Esse é um segredo que a gente tem que incorporar... os órgãos de preservação, não só o conceito ampliado, tudo isso, mas é um aprendizado que a gente está tendo, quando a gente faz esse tombamento, a gente faz de forma participativa, tendo que fazer essas audiências. [...] É importante ter, junto desse momento de definição do tombamento, também que se tenha um plano de manutenção... Ah! Vocês aceitam que tombem a cidade... Tá... Então como é que vocês vão manter essa cidade? Um compromisso para o futuro, o compromisso do futuro não pode ser dado só pelo órgão de preservação senão cai outra vez na mesma situação de sermos os fiscais, os chatos, os carascos, os que limitam. Na hora de tombamento está bonitinho o papel... "oba! que legal!" Mas na hora do vamos (ver), do dia a dia é diferente! Então eu acho também que esse é o segundo ponto que me preocupa... é essa continuidade das ações de preservação, que nunca terminam, jamais terminam no ato de tombamento ou de registro (funcionário técnico do IPHAN, depoimento realizado em 27/12/2014).

Há, porém, um avanço importante nesse sentido de sintetizar melhor as posturas, e São Luiz do Paraitinga serviu de laboratório para essa prática compartilhada. Em reconstruções específicas feitas na cidade, após a enchente de 2010, os dois órgãos tiveram que decidir juntos, aprovar projetos juntos, estabelecer o diálogo entre os órgãos e, por sua vez, ouvir a população.

O próprio IPHAN reconhece que, a partir da experiência em São Luiz do Paraitinga, os dois órgãos amadureceram o diálogo e buscaram uma linguagem mais articulada para as questões do patrimônio.

A gente está dialogando pelo menos na instância técnica está sendo dialogado mesmo, e a atual presidente do CONDEPHAAT e o secretário [...], dão apoio total pra gente fazer a aproximação, o que não acontecia antes... Não aconteceu em tempos

atrás (funcionário técnico do IPHAN, depoimento realizado em 27/12/2014).

A importância que se dá ao patrimônio cultural é o determinante para sua preservação, e a consciência de que é uma riqueza importante para a comunidade que participou de sua construção coletiva é ponto de partida para a valorização desse patrimônio como riqueza cultural de um lugar.

O proprietário de um dos casarões tombados em São Luiz do Paraitinga contribui com a reflexão a respeito do valor da cultura para o conceito de identidade e de pertencimento quando afirma:

[...] ele (o luizense) tinha essa cultura de manter o patrimônio, de valorizar o que é da terra, o que é local, mas sem entender muito, acho, como é que isso funciona, que importância isso tinha na verdade. Quando a enchente veio e a cidade ficou naquela situação, o primeiro momento que foi aquele da comunidade inteira ter que se juntar e você viver um momento em que não existe mais hierarquia, condição social diferenciada, isso já mostrou que a cultura talvez seja o bem mais valioso que as pessoas têm, porque ali não adiantava se você era o prefeito ou o morador mais pobre da cidade, se você era o cidadão que tinha mais posses em imóveis ou que, o que vivia de aluguel, estava todo mundo na mesma situação, mas não ficou só nisso, a cidade recebeu uma atenção, e uma solidariedade muito grande, e isso no fundo as pessoas perguntavam: "por que, né?"... Porque São Luiz não foi a única cidade que sofreu uma catástrofe no mundo até hoje e nem naquele momento foi exclusivo de São Luiz, porque no mesmo momento, na mesma chuva, a gente sabe de várias cidades que foram destruídas da mesma forma, e uma cidade tão pequena como São Luiz ter dado tanta mídia, e ter atraído a atenção de tanta gente importante, e tantos órgãos, e tantos políticos... alguma coisa tinha nessa história, e as pessoas – e acho que se isso era inconsciente – começaram a ficar conscientes que o patrimônio cultural de São Luiz... e daí o material e o imaterial – era a principal riqueza da cidade (morador de São Luiz do Paraitinga, codinome Coruja, depoimento realizado em 30/12/2014).

É relevante que os órgãos que cuidam do patrimônio e de sua preservação, bem como o meio acadêmico, façam do tema uma discussão permanente e relevante. Entretanto, tão importante quanto essa discussão permanente é que o maior número possível de agentes participe do processo que o constrói como patrimônio cultural. Quando uma comunidade se apropria de seus bens culturais e valoriza seu patrimônio histórico, com consciência, o patrimônio passa a ser, de verdade, um bem para todos e não uma iniciativa técnica ou acadêmica de impedir que algo se perca em meio às transformações do mundo.

São Luiz do Paraitinga: memória e identidade

São Luiz do Paraitinga adotou como política pública de reconstrução, imediatamente após a enchente, uma ação que,

apesar de todos os levantamentos de caráter técnico e profissional necessários à reconstrução da cidade, deveria levar em conta também a comoção causada pela enchente e pelos seus impactos sobre bens de valor simbólico importantes, como a Igreja das Mercês e a Igreja Matriz (funcionário técnico do IPHAN, depoimento realizado em 27/12/2014).

Os dois prédios, símbolos da religiosidade luizense e com remanescentes da construção tombada, poderiam ser reconstruídos, levando-se em consideração cartas internacionais referentes ao patrimônio, normas técnicas dos órgãos que trabalhavam em São Luiz (IPHAN e CONDEPHAAT) e pareceres dos profissionais que ali atuavam, mas houve uma preocupação para que as decisões quanto à reconstrução fossem debatidas em audiências públicas e que se ouvisse o que a população tinha a dizer sobre o pertencimento, a memória e a identidade do lugar em que essas pessoas vivem (funcionário técnico do IPHAN, depoimento realizado em 27/12/2014).

No caso específico da Igreja Matriz, o depoimento do representante do IPHAN a respeito é bastante significativo para explicar esse entendimento de que a simbologia, a identidade, o desejo dos moradores era muito importante, superando até mesmo as recomendações feitas em cartas internacionais que tratam da reconstrução de bens tombados.

Até mesmo a cobertura idealizada pelo IPHAN para preencher o vazio do espaço onde antes havia a Matriz, bem como o campanário improvisado para que o sino voltasse a badalar às 6 da manhã, ao meio-dia e às 6 da tarde – como sempre ocorria –, serviriam de resgate da identidade, da memória histórica e do simbolismo que a Matriz representava na vida luizense.

O sino, que marca a passagem do tempo, avisa que a miséria vai começar, anuncia a alegria das festas e chora o sepultamento de alguém – desde a Idade Média, quando ganhou destaque ao ser colocado num campanário que desse a ele relevância e que lhe conferisse importância para a vida dos moradores da cidade (Le Goff, 1998). Para o IPHAN, resgatar o sino era também uma forma de resgatar a identidade e a alma luizense.

Sobre a decisão de preencher o vazio deixado pela queda da Matriz e como seria a reconstrução, é significativo o depoimento a seguir:

[...] voltando à questão da Matriz, se sabe que a gente fez uma briga danada pra gente conseguir tomar conta daquele canteiro e fazer o resgate, e preencher aquele vazio. Todo mundo fala assim: "você vê nos cartazes: "Ah! O IPHAN fez a cobertura pra proteger o canteiro!" Sim, pra proteger o canteiro, mas, mais que tudo, pra preencher aquele vazio existencial que deixou na cidade, gente... Se fica totalmente desnudado, então pelo menos tem alguma coisa fechando ali, aquele volume, e daí que a gente resgatou todo o material, todo o equipamento, e assim que saiu da área de perigo o canteiro, a gente abriu pra população visitar, então ficou o canteiro aberto à população, [...] E outra coisa, o som do sino, a gente viu também, [...] então, imediatamente, quando a gente percebeu isso [...] era até o Galeão – Paulo Galeão – que era do IPHAN de Goiás, que ficou morando em São Luiz naqueles primeiros meses pra dar apoio, catou o sino e vamos pendurar e "plem! plem!" [...] Então

tudo o que devolvesse, que enchesse um pouco aquele (vazio) [...] foi a postura do IPHAN (funcionário técnico do IPHAN, depoimento realizado em 27/12/2014).

As decisões foram tomadas, como se percebe pelo depoimento, levando em conta o que a população presente nas audiências públicas decidia, ainda que as decisões tivessem um caráter afetivo e talvez não fossem as mais recomendadas pelas normas técnicas previstas em órgãos do patrimônio.

Representantes dos dois órgãos responsáveis por coordenar as obras de reconstrução das duas igrejas, bem como de outros imóveis, reconhecem que levar em conta os desejos da população tem certa inovação nos procedimentos, mas também reconhecem a importância de perceber os sentidos do patrimônio para uma população que viveu o impacto de uma enchente histórica, que decidiu que o lugar de sua identidade deveria ser reconstruído com o que restou dos remanescentes, e, ainda, que a reconstrução remetesse à antiga construção, cheia de simbolismos e significados para todos do lugar.

O que estava em questão em São Luiz do Paraitinga era reconstruir um patrimônio histórico, mas também aliviar os sentimentos de perda retomando a identidade de uma coletividade que viu seus símbolos, seus monumentos e seu patrimônio arquitetônico preservado desde a metade do século XIX ruir em poucas horas, em decorrência das águas que invadiram seu centro histórico.

Era como se a memória luizense exigisse ter de volta seus símbolos, sua identidade e seu pertencimento. A memória, por ser viva, evolui e se sujeita à força das lembranças e dos esquecimentos, mas, por ser carregada dos sentimentos, ultrapassa a linha dos detalhes e se faz história (Nora, 1981). As histórias de cada um, naquele momento, serviriam de base para a reconstrução da história da cidade, perdida em casarões, igrejas, documentos, fotos e outros registros que o rio Paraitinga havia levado embora. O que havia se perdido em documentação e registros materiais passaria a fazer parte da invenção a partir da memória e dos sentimentos envolvidos nas perdas e na circunstância em que ocorreram.

Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória (Nora, 1981, p. 18).

A memória individual sempre estará presente em nós, nos contextos e nas lembranças que nos remeterem a determinado fato marcante, porém as lembranças individuais num grupo, numa comunidade que tenha vivido coletivamente um determinado fato marcante, se juntarão para formar a memória coletiva, que será, ao mesmo tempo, as memórias individuais. Entretanto, é a força da memória coletiva que permitirá recriar determinado fato dando-lhe dinâmica própria (Halbwachs, 2006). "Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por ou-

tros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos" (Halbwachs, 2006, p. 30).

O fato de ter perdido um patrimônio material considerável durante a enchente, tanto do patrimônio coletivo quanto individual, como objetos de família, fotos, documentos, livros, entre tantas outras coisas pessoais, faz da memória, individual e coletiva, a base da invenção histórica da comunidade.

Para São Luiz do Paraitinga, a memória, particularmente a da enchente e seus impactos, torna-se um caminho para reforçar uma identidade e as relações na comunidade. A memória guarda representações, formas, conceitos, emoções e, por isso, é viva. Não deve ser diminuída por ter esse caráter, ao contrário, deve ser ferramenta de genuíno referencial para a história de cada um e para a história de uma cidade, principalmente quando passa por importantes eventos críticos de caráter coletivo.

Devemos pensar na memória como instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos. A Memória, portanto, já não pode mais nos dias de hoje ser associada metaforicamente a um "espaço inerte" no qual se depositam lembranças, devendo ser antes compreendida como "território", como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o Ser Social a cada instante (Barros, 2009, p. 37).

A relação entre memória e patrimônio foi amplamente debatida na cidade de São Luiz do Paraitinga e também foi tema de debate entre instituições, universidades, órgãos federais e estaduais, ministérios e secretarias, ao se tratar da reconstrução dos imóveis tombados.

Em várias oportunidades ocorreram audiências públicas com vários e importantes atores no processo de reconstrução, tratando dos projetos e das resoluções diretamente com a população.

Entre todos os prédios que ruíram, a Igreja Matriz é o exemplo emblemático de reconstrução/invenção. Foram sugeridos três possibilidades aos moradores: a construção de um templo com arquitetura moderna, que contrastasse com os casarões e "falasse" sobre 2010 para as gerações futuras; um templo que revivesse a arquitetura original da Igreja Matriz e, assim, marcas-se a história como um recomeço; por fim, um templo em que a volumetria, a altura e a arquitetura fossem réplica da Matriz que caiu no dia 02 de janeiro de 2010.

A população decidiu que a memória afetiva clamava pela imagem de uma reconstrução que devolvesse aos luizenses a "sua" Igreja Matriz de 2010. Os olhos desejavam ver de volta o que a enchente havia levado ainda que, da igreja original, restassem apenas alguns remanescentes.

O Governo Estadual, a Cúria Diocesana e os órgãos do patrimônio envolvidos no projeto respeitaram a decisão da comunidade presente na audiência pública, e a nova Matriz, inaugurada em 16 de maio de 2014, é uma réplica da mesma igreja erguida em 1840 e tombada em 2010. Segundo o IPHAN,

"era necessário preencher o vazio que estava na alma das pessoas" (funcionário técnico do IPHAN, depoimento realizado em 27/12/2014).

Etnografia — a invenção do patrimônio na reconstrução da Igreja Matriz

Foi mais uma virada de ano como todas as outras em São Luiz do Paraitinga, ao som das marchinhas de carnaval compostas por luizenses ou "estrangeiros" que amam o estilo luizense de fazer carnaval. Havia, é bem verdade, um elemento a mais no réveillon de 2009 para 2010: chovia torrencialmente.

No dia 1º de janeiro, ao final da tarde, o rio Paraitinga, que contorna o centro histórico, avançava pela praça da Matriz. Não era inédito, mas era preocupante. À noite, o rio avançou ainda mais e subiu as escadarias da Igreja Matriz, aí sim, algo inédito historicamente.

Durante a madrugada, já sem fornecimento de energia elétrica, o que se ouvia era o burburinho ininterrupto de muita gente que estava nas ruas monitorando a enchente. Até aquele momento, nas proximidades da Casa de Oswaldo Cruz — que fica na parte alta da cidade —, não se tinha a noção exata do que acontecia nas proximidades da praça da Matriz.

Foi possível perceber a gravidade quando parentes de um dos autores que moram em outras áreas da cidade começaram a vir à sua casa em busca de abrigo e, posteriormente, outras pessoas (algumas que nem conhecia) também chegavam fugindo da enchente.

O impacto foi sentido quando, após o estalar muito forte, como que de madeira se quebrando, houve um estrondo e gritaria generalizada. A janela que permite ver a praça não oferecia referência do que ocorria por causa do apagão, mas era possível notar uma fumaça espessa ao longe, que, ao se dissipar, mesmo na penumbra, dava condições de perceber que a parede central de um antigo ginásio que ficava ao lado da Igreja Matriz tinha vindo abaixo. Depois, soube-se que, minutos antes, pessoas que se abrigavam no prédio haviam sido retiradas por causa das condições do casarão.

Ao amanhecer, a cena era assustadora, porque o antigo ginásio tinha apenas uma parede ainda em pé. A rua era uma agitação só e a residência também, àquela altura com mais de 20 pessoas.

Logo depois das 9 da manhã, da janela, observando o rio tomando toda a praça e mais de 12 metros acima do seu nível normal, foi que um dos autores testemunhou a cena mais impactante daquela enchente: a torre direita da Igreja Matriz (de quem olha da praça) ruiu como que implodida, num estrondo que a memória se nega a esquecer, bem como a imagem, que volta à retina sempre que é narrada. Correu para a varanda onde muitos estavam, e todos choravam diante do que os olhos viam e a alma custava a aceitar. A Matriz estava caindo.

A vigilância foi permanente e era possível perceber que, em muitos pontos altos, nos vários quadrantes da cidade em que

a vista dali alcançava, eram dezenas e dezenas de pessoas estáticas, assistindo à queda da Matriz. Não demorou para que a torre central, onde fica a imagem do padroeiro São Luís de Tolosa, pendesse para trás e ruísse. Uma torre restou em pé.

O relógio registrou o som das dez badaladas marcando 10 horas da manhã e, pouco depois, a segunda torre caiu. Desta vez tombou, para a direita e, a onda gigante foi em direção aos casarões que ficavam na mesma direção. A cena foi impressionante porque um quarteirão inteiro de casarões do século XIX caiu simultaneamente. A sensação era de que a praça inteira seria completamente destruída.

As paredes da Igreja Matriz foram caindo aos poucos. Nas imediações da casa, eram muitas e muitas pessoas chocadas, algumas choravam, outras estavam atônitas, outras pareciam estranhamente conformadas, inertes.

Passava das 3 horas da tarde quando restou a última parede e um temor... a parede, se caísse para trás, atingiria casas do início da rua da Floresta — que sobe para a casa do Oswaldo Cruz —, poderia arrastar os postes de iluminação e provocar um efeito dominó. Pessoas agitadas pediam que as crianças que estavam no ponto mais alto atrás da Igreja fossem retiradas porque, se isso de fato ocorresse, poderia provocar correria e sérios acidentes. A parede caiu às 3h30 da tarde, mas não para trás, como se temia, e sim em linha reta, como que sofrendo uma implosão, assim como havia ocorrido com a maior parte da igreja.

Os dias que se seguiram foram de incerteza e angústia. Como seria o recomeço? Havia uma esperança ao notar o envolvimento de muitos agentes interessados nos desafios que surgiam, desde políticos, órgãos do patrimônio, sociedade civil, cidades vizinhas, artistas, jogadores de futebol, entre tantos outros segmentos que apareciam para solidarizar-se com São Luiz do Paraitinga.

As ações imediatas eram dar abrigo, suprir necessidades básicas e dar atenção aos desabrigados. Limpar as ruas, tirar o entulho, reorganizar minimamente a cidade para que pudesse voltar a funcionar.

Era necessário, porém, pensar o futuro. O IPHAN, que tinha encaminhado o projeto de tombamento nacional da cidade, decidiu entrar em cena, auxiliando os órgãos estaduais, participando das decisões e trabalhando na reconstrução (funcionário técnico do IPHAN, depoimento realizado em 27/12/2014).

A Igreja Matriz, citada anteriormente, foi, entre os prédios a serem reconstruídos, o que recebeu atenção imediata. A primeira decisão importante foi evitar a pura e simples limpeza dos escombros, que deixaria o terreno pronto para uma obra de reconstrução, mas certamente comprometeria o resgate e a restauração de importantes remanescentes.

A empresa BIAPÓ foi contratada pelo IPHAN, por sua experiência na cidade de Goiás (GO), também atingida por uma enchente que danificou um patrimônio histórico daquele Estado. O trabalho de garimpagem, de cuidadosa limpeza do terreno, resgatando todo o material em meio aos escombros, restaurando imagens e coletando restos de paredes e altares, foi decisivo para que os remanescentes pudessem voltar na nova Matriz.

Durante o trabalho que durou quase um ano, o canteiro foi sendo liberado para visitação pública e, no mesmo espaço, foi realizada uma audiência pública para debater qual projeto seria o mais adequado para a nova Matriz.

As pessoas presentes à audiência, de vários setores, incluindo populares, decidiram que a Igreja Matriz deveria ser réplica da que havia sido derrubada pela enchente, permitindo o resgate visual, importante para a memória e para a invenção do passado, que traria de volta a São Luiz do Paraitinga sua identidade.

O tombamento do IPHAN, feito em 2010, considera, além do patrimônio arquitetônico, a paisagem, os vazios e os cheios, a natureza e o urbanismo do século XVIII presentes em São Luiz do Paraitinga; por isso a consideração de que a decisão foi para preencher um vazio no conjunto tombado como patrimônio nacional.

A Matriz ia ser feita igual ao que ela era antes, só que, em cima de um levantamento que já existia da Matriz, mas houve uma reunião do CONDEPHAAT, porque outra coisa que é importante dizer agora entre parênteses: "tanto a Matriz quanto a Mercês elas não são tombadas isoladamente pelo IPHAN". Entendeu? Então se tivesse que ter um tombamento isolado, elas não seriam tombadas assim, ou talvez fossem por valor simbólico, mas não pelo seu valor arquitetônico [...]. É tombado o "conjunto", então a gente trata na verdade como se fosse o preenchimento de uma lacuna e para preencher essa lacuna a gente está, dialogando, vendo qual a expectativa mesmo da população... Acho que é isso: o que, qual o valor simbólico e tudo mais... Essa é a diferença do CONDEPHAAT... [...] ele é tombado isoladamente (funcionário técnico do IPHAN, depoimento realizado em 27/12/2014).

Aprovado o projeto de reconstrução, orçado em R\$ 13 milhões de reais e suplementado por uma verba de R\$ 4 milhões, depois de tudo garimpado, arqueologicamente investigado o terreno — com encontro de ossadas inclusive —, tendo sido feita a cobertura que protegia o canteiro e também reproduzindo o volume e a simetria da antiga igreja projetando o que seria reconstruído, a obra teve início (Campos, 2015).

No dia 16 de maio de 2014, exatos 4 anos, 4 meses e 14 dias depois da queda, às 10 da manhã — com a presença de muitos políticos, grande cobertura da imprensa, mas acima de tudo lotada por luizenses emocionados —, foi devolvida a São Luiz do Paraitinga a Igreja Matriz São Luís de Tolosa. Estava marcado o recomeço.

Considerações finais

Velho (2006) destaca os muitos conflitos existentes entre os agentes que decidem sobre o patrimônio histórico, as autoridades e os moradores de cidades tombadas. Destaca ainda os interesses comerciais e capitalistas envolvidos nas decisões de tombamento e o poder do capital para influenciar agentes políticos e proprietários quando confrontados com a preservação de prédios ou áreas históricas que não podem sofrer interferências "modernizadoras".

É a partir da temática mais geral das sociedades de massas, ligada ao desenvolvimento do capitalismo, da urbanização, da tecnologia, do transporte, dos meios de comunicação em geral, da mídia etc., que podemos compreender tais processos. Nessa realidade, coloca-se o desafio intelectual e político de como lidar com a memória social e com o patrimônio cultural. [...] A destruição de referências, monumentos, casas, prédios, ruas, cinemas, igrejas, entre outros, tem consequências nos mapas emocionais e cognitivos dos habitantes de diferentes tipos de localidades (Velho, 2006, p. 244).

Em São Luiz do Paraitinga, o debate em torno do patrimônio histórico, da preservação e da reconstrução de bens materiais e imateriais passou por uma invenção do patrimônio. Em 2010, a enchente que destruiu grande parte do patrimônio arquitetônico tombado pelo CONDEPHAAT e pelo IPHAN colocou os luizenses, o Governo Estadual e Federal e os órgãos do patrimônio diante dos desafios da reconstrução.

As decisões de devolver aos luizenses suas referências de identidade e de memória, particularmente no caso da Igreja Matriz, foram debatidas considerando o patrimônio, mas levando-se em conta o que existe da invenção do patrimônio na vida das pessoas que convivem com ele.

São Luiz do Paraitinga serviu de referencial para o debate sobre o patrimônio. Considerou-se nas decisões muito do que havia de simbólico, de identidade, de pertencimento nas decisões sobre o futuro da cidade histórica destruída.

A cidade e o seu patrimônio trazem à tona essas questões de interesse para as teorias sociológica e antropológica. A heterogeneidade da sociedade complexa moderno-contemporânea [...] aponta para as dificuldades e as limitações de uma ação pública responsável pela defesa e pela proteção de um patrimônio cuja escolha e definição implica necessariamente arbítrio e, em algum nível, exercício de poder. Voltamos à velha questão de saber se sempre há vencedores e perdedores, ou seja, em cada caso e situação é preciso estar atento para procurar avaliar os custos e os ganhos das decisões que são tomadas e dos valores que as sustentam (Velho, 2006, p. 246).

Particularmente no caso de São Luiz do Paraitinga, a decisão de ouvir a população e decidir coletivamente sobre os critérios da reconstrução, tendo o aval do poder público, dos órgãos do patrimônio e dos luizenses, faz do patrimônio histórico e cultural da pequena cidade do interior de São Paulo um bem ressignificado, tocado pela emoção e por uma memória viva, um passado encantado, inventado como novo patrimônio de São Luiz do Paraitinga e do Brasil.

Referências

- ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). 2009. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, Lamparina, 315 p.
- BARBALHO, A. 2013. A agonística da memória e do patrimônio em tempos de noopoder. *Políticas Culturais em Revista*, 2(6):109-124.
- BARROS, J.A. 2009. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, 3(5):35-67.
- BRASIL. 2010. Dossiê São Luiz do Paraitinga. São Paulo, IPHAN. Disponível em: <https://casadopatrimoniop.files.wordpress.com/2014/09/dossie-sc3a3o-luiz-do-paraitinga-iphan>. Acesso em: 20/03/2015.
- CAMPOS, J.T. 2015. Breve histórico da Paróquia São Luiz de Tolosa (1703-2014). [Artigo ainda não publicado].
- CHOAY, F. 2006. *A alegoria do patrimônio*. 5ª ed., São Paulo, Estação Liberdade, UNESP, 282 p.
- FONSECA, M.C.L. 2009. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de Patrimônio Cultural. In: R. ABREU; M. CHAGAS (orgs.), *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Lamparina, p. 56-77.
- LE GOFF, J. 1998. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo, Editora UNESP, 159 p.
- GONÇALVES, J.R.S. 2009. O patrimônio como categoria de pensamento. In: R. ABREU; M. CHAGAS (orgs.), *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Lamparina, p. 21-10.
- HALBWACHS, M. 2006. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro, 222 p.
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). 2014. *A invenção das tradições*. 9ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 395 p.
- MACIEL, E.S.; ALVES, C.F. 2005. Apresentação. *Horizontes Antropológicos*, 23:15-36. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832005000100001>
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). 2004. *Liberdade cultural num mundo diversificado*. Lisboa, PNUD, 285 p.
- NORA, P. 1981. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, 10:7-28.
- OLIVEIRA, L.L. 2008. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 191 p.
- OLIVEN, R.G. 2009. Considerações iniciais. In: R. ABREU; M. CHAGAS (orgs.), *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Lamparina, p. 80-82.
- SANT'ANNA, M. 2013. Arquitetura popular: espaços e saberes. *Políticas Culturais em Revista*, 6(2):40-63.
- SANTOS, J.R.C.C. 2011. O protagonismo da cultura no processo de reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, XXVI, São Paulo, 2011. *Anais...* São Paulo.
- VELHO, G. 2006. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, 12(1):237-248. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132006000100009>
- WAGNER, R. 2010. *A invenção da cultura*. São Paulo, Cosac Nayfi, 253 p.

Submetido: 09/06/2015

Aceito: 29/10/2015